

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

2003

Resumo Técnico

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira (INEP)**
Eliezer Pacheco

Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior
Dilvo Ristoff

Coordenação-Geral de Estatística de Educação Superior
Ilton Benoni da Silva

Coordenação-Geral de Avaliação Institucional e de Cursos de Graduação
Iara de Moraes Xavier

Coordenação-Geral do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
Amir Limana

Coordenadora do Censo da Educação Superior
Laura Bernardes da Silva

Equipe Técnica

Alessandro Oliveira da Conceição

Edmilson Coelho de Oliveira

Maria Lúcia Peixoto

Assessoria

Márcia Regina F. de Brito Dias

Maria de Fátima Ramos Brandão

Mariza Monteiro Borges

Vicente de Paula Almeida Júnior

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2003.....	05
Instituições.....	05
Cursos.....	12
Vagas, Ingressos, Matrículas e Concluintes.....	17
Funções Docentes.....	32
Pós-Graduação.....	35
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>.....	35
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>.....	37
Extensão Universitária.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
ANEXO.....	46

INTRODUÇÃO

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), coleta dados sobre a educação superior brasileira, com o objetivo de oferecer aos reitores, pró-reitores e dirigentes das instituições, aos gestores das políticas educacionais e à sociedade em geral uma visão da situação e das grandes tendências do setor.

O Censo reúne, entre muitos outros, dados sobre as instituições de educação superior, suas diferentes formas de organização acadêmica e categorias administrativas; os cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento, presenciais ou a distância; as vagas oferecidas; os candidatos que as disputam; os ingressantes por faixa etária; os concluintes; os docentes e sua qualificação; e, neste ano, pela primeira vez, graças a um trabalho conjunto com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, informações sobre as atividades de extensão (serviços à comunidade, cursos, consultorias, atendimentos, programas e projetos comunitários, etc.) realizadas pelas instituições.

Por ser uma atividade anual, os dados permitem a construção de séries históricas, algumas apresentadas a seguir e outras informações, mais detalhadas, apresentadas na sinopse do Censo de 2003, disponíveis no sítio do INEP (www.inep.gov.br).

Como as variáveis são apresentadas com detalhamento até a esfera municipal, as análises podem atender tanto aos interesses locais específicos quanto aos interesses mais amplos das diferentes regiões do país. O INEP espera, ao tornar públicos estes dados e ao antecipar algumas interpretações gerais, colaborar com todos aqueles que, de uma forma ou outra, tenham interesse nas questões relativas à educação superior. O objetivo é oferecer subsídios para o planejamento das políticas públicas e para o desenvolvimento de ações acadêmicas, administrativas e políticas que levem a uma maior democratização do acesso à educação superior e à melhoria de sua qualidade.

O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2003

INSTITUIÇÕES

O Censo da Educação Superior de 2003, a exemplo dos anos anteriores, faz uma radiografia das universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, institutos superiores de educação, escolas e centros de educação tecnológica – instituições que compõem o sistema nacional de educação superior do país.

Participaram do Censo de 2003 todas as IES que, até outubro de 2003, tinham pelo menos um curso de graduação em funcionamento, totalizando 1.859 instituições. Destas, 163 são universidades. Todas as demais não são universidades nos termos da legislação vigente, em especial nos termos do Artigo 207 da Constituição, que atribui às universidades autonomia didática, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável. Ou seja, além das atividades de ensino de graduação, as universidades propriamente ditas devem ter espaço para mestrados e doutorados, para a pesquisa e estudos avançados. Neste sentido, é importante destacar que o Censo 2003 revela que as 163 universidades brasileiras, embora representem apenas 8,8% do conjunto das instituições, representam 58,5% das matrículas.

Além das universidades, o Brasil tem 81 Centros Universitários, que representam 4,3% das IES e 12,9% das matrículas – instituições que, nos termos da legislação vigente, gozam de autonomia didática e administrativa e podem criar cursos sem autorização prévia do MEC.

Os demais tipos de instituições representam a maior fatia do sistema. As faculdades isoladas, escolas e institutos de educação superior, em geral instituições de pequeno porte, somam 1.403 instituições, representando 75,5% do total das IES. Observa-se que este tipo de instituição predomina no setor privado, onde instituições com até 1.000 matrículas representam 68,2% do setor. Os Centros de Educação Tecnológica, por sua vez, somam 93 instituições, participando com 5% do conjunto do sistema nacional.

Tabela 1 - Número e Percentual de Instituições, por Organização Acadêmica - Brasil - 2003

Instituições	Número	%
Universidades	163	8,8
Centros Universitários	81	4,3
Faculdades Integradas	119	6,4
Faculdades, Escolas e Institutos	1.403	75,5
Centros de Educação Tecnológica	93	5,0
Total	1.859	100,0

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Importante também destacar que do conjunto de 1.859 instituições de educação superior, 1.652, ou seja, 88,9%, são privadas. Este percentual, segundo dados do World Education Indicators, coloca o sistema de educação superior brasileiro entre os mais privatizados do mundo, atrás apenas de alguns poucos países.

Tabela 2 - Número e Percentual de Instituições, por Categoria Administrativa - Brasil - 2003

Instituições	Número	%
Pública	207	11,1
Privada	1.652	88,9
Total	1.859	100,0

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Entre as IES públicas, 40% são federais 31,5% são estaduais e 28,5% são municipais.

Tabela 2.1 - Número e Percentual de Instituições, por Categoria

Administrativa - Brasil - 2003

Instituições	Número	%
Federal	83	4,5
Estadual	65	3,5
Municipal	59	3,1
Privada	1.652	88,9
Total	1.859	100,0

Fonte:Deaes/INEP/MEC

Embora 88,9% das IES sejam privadas, o Censo da Educação Superior permite classificar estas instituições em dois grupos: 1) as particulares, ou com fins lucrativos e 2) as comunitárias, filantrópicas ou confessionais, sem fins lucrativos. Vistas sob esta ótica, verifica-se que 1.302 (78,8%) IES privadas são particulares, com fins lucrativos, enquanto que 350 (21,2%) são comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos.

Tabela 3 - Número e Percentual de Instituições Privadas - Brasil – 2003

IES Privadas	Número	%
Particular	1.302	78,8
Comunitárias, Confessionais, Filantrópicas	350	21,2
Total	1.652	100,0

Fonte:Deaes/INEP/MEC

Interessante observar que, não obstante o acelerado processo de privatização da educação superior como um todo, no setor público predomina a universidade como forma de organização acadêmica (38,2% do setor). As faculdades, Escolas e Institutos representam 39,6% do setor público, seguidas pelos Centros de Educação Tecnológica com 18,8%. As demais formas de organização acadêmica, somadas, representam 3,4%.

Destaca-se que na região norte há 11 universidades públicas e 1 única privada. O número de universidades públicas também supera o de universidades privadas nas regiões nordeste e centro-oeste. O mesmo ocorre com os Centros de Educação Tecnológica nas regiões norte (66%), nordeste (71%) e centro-oeste, com 100% dos

casos. Esses são os únicos casos no Brasil onde o número de instituições públicas é maior do que o de instituições privadas em todas as formas de organização acadêmica.

A presença predominante de universidades públicas nas regiões citadas permite inferir que a pós-graduação e a pesquisa encontram a sua sustentação principalmente neste tipo de instituição.

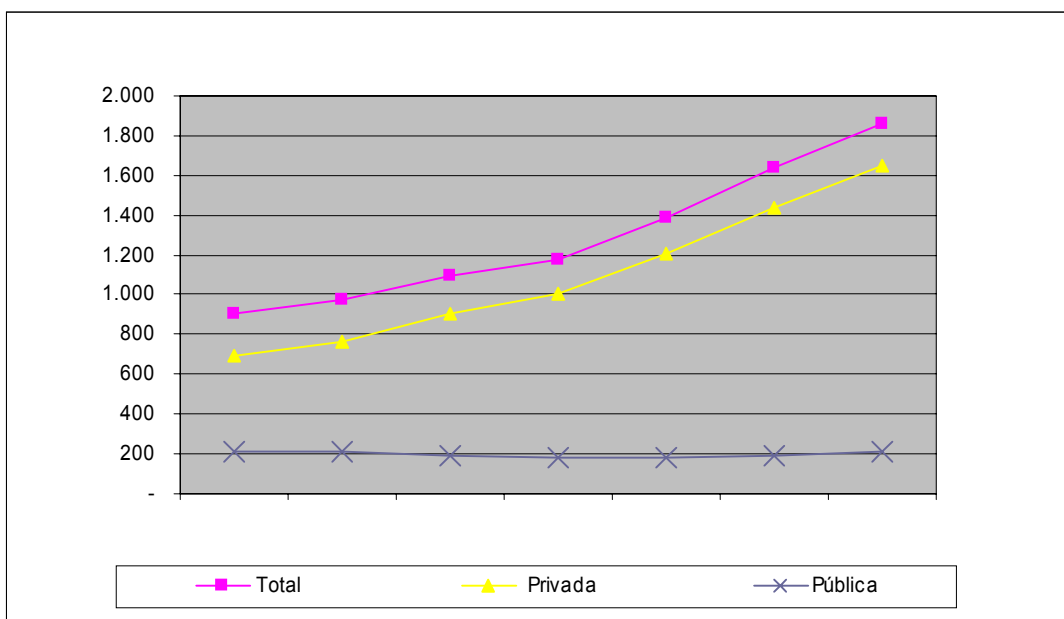
A comparação dos dados de 2003 com os de 2002 mostra que a educação superior no Brasil continua em processo de expansão acelerada, com o acréscimo de 222 novas instituições. Esse crescimento foi, quase que exclusivamente, do setor privado, com 210 novas instituições. No setor público surgiram apenas 12 novas instituições em 2003.

Tabela 4 - Evolução do Número de Instituições por Categoria Administrativa - Brasil 1997-2003

Ano	Pública	Δ%	Privada	Δ%	Total	Δ%
1997	211	-	689	-	900	-
1998	209	-0,9	764	10,9	973	8,1
1999	192	-8,1	905	18,5	1.097	12,7
2000	176	-8,3	1.004	10,9	1.180	7,6
2001	183	4,0	1.208	20,3	1.391	17,9
2002	195	6,6	1.442	19,4	1.637	17,7
2003	207	6,2	1.652	14,6	1.859	13,6

Fonte:Deaes/INEP/MEC

Gráfico 1 – Crescimento do Número de Instituições 1997-2003



Em relação ao número de instituições por região geográfica, nota-se maior concentração na região sudeste com 938 instituições. Em seguida, aparecem as regiões sul com 306 instituições, a nordeste com 304, o centro-oeste com 210 e a região norte com 101 instituições. A distribuição regional das instituições de educação superior, apresentadas no quadro abaixo, mostra o predomínio numérico das instituições privadas em todas as regiões do Brasil.

Tabela 5 - Número de Instituições por Categoria Administrativa e Região Geográfica - Brasil - 2003

Categoria Administrativa	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Pública	15	52	81	36	23	207
Privada	86	252	857	270	187	1.652
Total	101	304	938	306	210	1.859

Fonte: Deas/INEP/MEC

Os dados acima merecem uma análise mais detalhada, pois é preciso considerar que as instituições públicas multi-campi, tanto federais como estaduais, são

consideradas como uma só unidade, reduzindo numericamente a sua presença nas diferentes regiões do país quando comparadas às instituições privadas.

A intensidade e a velocidade da expansão das instituições privadas podem ser observadas, de forma bastante clara, a partir do quadro abaixo, que arrola as dez maiores instituições brasileiras, tomando como referência única as matrículas nos cursos de graduação:

Tabela 6 - Relação das Dez Maiores Instituições em Número de Matrículas na Graduação Presencial - Brasil - 2003

Instituições	UF	Categoria Administrativa	Matrícula
Universidade Estácio de Sá	RJ	Privada	100.617
Universidade Paulista	SP	Privada	92.023
Universidade de São Paulo	SP	Estadual	44.281
Universidade Luterana do Brasil	RS	Privada	41.450
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	MG	Privada	36.749
Universidade Salgado de Oliveira	RJ	Privada	35.719
Universidade Estadual do Piauí	PI	Estadual	35.683
Universidade Estadual de Goiás	GO	Estadual	34.113
Universidade Bandeirante de São Paulo	SP	Privada	32.852
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	RS	Privada	31.482

Fonte:Deaes/INEP/MEC

A instituição com o maior número de matrículas na graduação, a Universidade Estácio de Sá, que, em 2002, tinha o segundo maior número de matriculados, ultrapassou a casa dos 100.000 alunos matriculados. Chama a atenção igualmente o fato de que, entre as 10 instituições com maior número de matrículas nos cursos de graduação, 7 são privadas e 3 são estaduais, não havendo entre elas uma única instituição federal. Cabe, no entanto, destacar uma vez mais que as matrículas em questão referem-se exclusivamente à graduação, não incluindo matrículas na pós-graduação, bastante expressivas especialmente nas universidades públicas estaduais e federais, como poderá ser observado mais adiante.

A expansão do número de instituições por região e categoria administrativa, mostra que, embora a região sudeste mantenha em termos absolutos um maior crescimento, em termos percentuais foi a segunda com menor crescimento. Já a região

norte, em termos percentuais, foi a que mostrou maior crescimento. A região com menor crescimento percentual de instituições foi a centro-oeste.

Tabela 7 - Número de Novas Instituições por Categoria Administrativa e Região Geográfica – Brasil – 2003

Categoria Administrativa	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Pública	1	1	4	1	5	12
Privada	17	47	94	45	7	210
Total	18	48	98	46	12	222

Fonte:Deaes/INEP/MEC

Para melhor entender as oportunidades educacionais no país, no entanto, não basta analisar o número e a distribuição de instituições. Faz-se necessário conhecer, também, o tamanho das instituições e a oferta de oportunidades no interior dos estados da federação.

Tabela 8 - Número de Matrículas em Cursos Presenciais por Categoria Administrativa e localização (Capital e Interior) - Brasil - 2003

Categoria Administrativa	Capital	%	Interior	%	Total	%
Pública	497.784	43,8	638.586	56,3	1.136.370	29,2
Privada	1.278.015	46,4	1.472.637	53,5	2.750.652	70,8
Total	1.775.799	45,6	2.111.223	54,3	3.887.022	100,0

Fonte:Deaes/INEP/MEC

Uma análise mais detalhada do número de matrículas por região, categoria administrativa, turno, modalidade e organização acadêmica será apresentada no capítulo que trata dos ingressantes, das matrículas e dos concluintes.

CURSOS

A educação superior brasileira é composta por cursos de graduação, cursos seqüenciais, de pós-graduação e de extensão, organizados de forma presencial ou a distância. O Censo explora de forma mais aprofundada e detalhada os cursos de graduação presenciais.

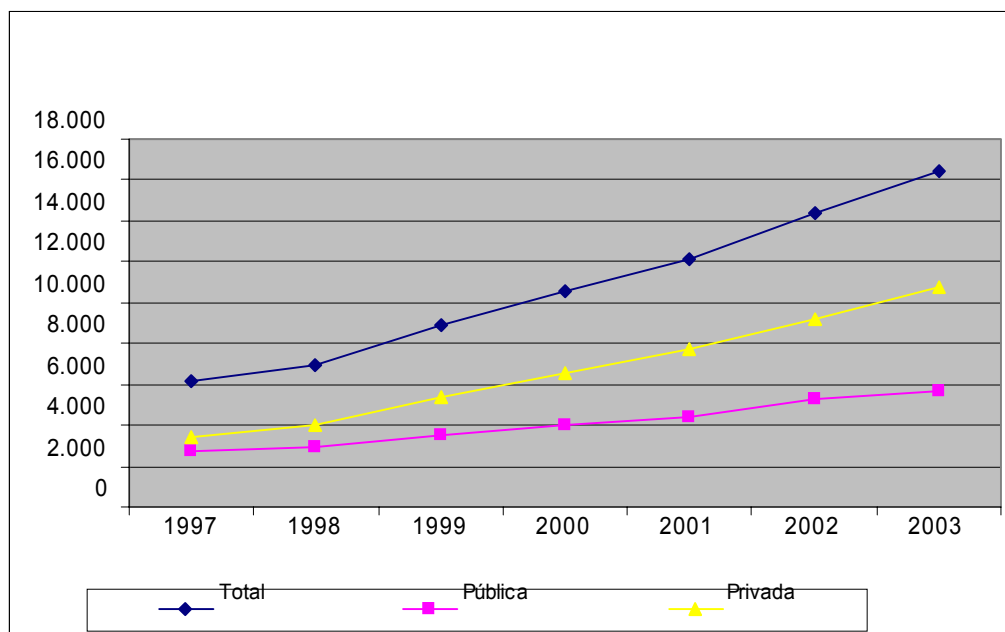
O Censo não apresenta informações sobre a pós-graduação *stricto sensu*; estas informações têm sido de responsabilidade da CAPES, que desenvolve e mantém um rigoroso e sistemático processo de avaliação desde 1976, e podem ser acessadas no sítio www.capes.gov.br.

A integração das informações do Censo com as informações da pós-graduação *stricto sensu* e do ensino tecnológico são essenciais para conseguir uma visão mais ampla da educação superior no país.

Os dados do Censo 2003 mostram que os cursos de graduação presenciais continuam em expansão, com um acréscimo de 2.054 novos cursos, com relação ao ano anterior. Desses, 411 cursos foram criados em instituições públicas e 1.643 em instituições privadas. Isso significa que surgiram 5,6 novos cursos a cada dia no Brasil em 2003. Dos 5,6 novos cursos criados por dia, 4,5 foram criados no setor privado e apenas 1,1 no setor público.

O Censo 2003 registra 16.453 cursos de graduação presenciais no país. Em sintonia com o número de instituições, estes cursos são predominantemente oferecidos pelo setor privado (10.791 cursos). A evolução do número de cursos presenciais de graduação de 1997 a 2003 é apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução do Número de Cursos de Graduação Presencial, por Categoria Administrativa – Brasil 1997-2003



O crescimento do número de cursos de graduação presencial necessariamente implica na ampliação de oportunidades educacionais para o jovem brasileiro. É, por isso mesmo, importante verificar como esse crescimento está ocorrendo nas diferentes regiões do país, o que será considerado mais adiante quando forem analisadas as formas de ingresso, as matrículas e os concluintes.

Dos **3.887.022** alunos de cursos de graduação presencial, constata-se que 27,6% estão matriculados em dois cursos: Administração, com 564.681 matrículas, e Direito, com 508.424 matrículas. Os seis primeiros cursos em número de matrículas representam 52,6% do total das matrículas e os vinte primeiros atingem o percentual de 82,8%. A Tabela 09 apresenta, em ordem decrescente, os cursos com maior número de alunos matriculados e o percentual que cada um representa no conjunto dos cursos.

Tabela 9 - Cursos de Graduação Presencial por ordem decrescente do número de matrícula e concluintes - Brasil – 2003

Cursos	Matricula			Concluinte		
	Número	Percentual	Percentual acumulado	Número	Percentual	Percentual acumulado
Administração	564.681	14,5	14,5	63.688	12,1	12,1
Direito	508.424	13,1	27,6	64.413	12,2	24,3
Pedagogia	373.878	9,6	37,2	65.475	12,4	36,7
Engenharia	234.680	6,0	43,3	21.863	4,1	40,8
Letras	189.187	4,9	48,1	33.213	6,3	47,1
Comunicação Social	174.856	4,5	52,6	21.491	4,1	51,2
Ciências Contábeis	157.991	4,1	56,7	21.800	4,1	55,3
Educação Física	116.621	3,0	59,7	14.560	2,8	58,0
Ciência da Computação	93.167	2,4	62,1	10.435	2,0	60,0
Enfermagem	92.134	2,4	64,4	11.252	2,1	62,1
Psicologia	90.332	2,3	66,8	14.581	2,8	64,9
Ciências Biológicas	89.144	2,3	69,1	13.045	2,5	67,4
Fisioterapia	88.508	2,3	71,3	12.615	2,4	69,8
Turismo	76.635	2,0	73,3	10.232	1,9	71,7
Historia	70.336	1,8	75,1	11.708	2,1	73,8
Matemática	69.870	1,8	76,9	11.452	2,2	76,1
Economia	61.584	1,6	78,5	7.761	1,5	77,5
Medicina	60.912	1,6	80,1	9.113	1,7	79,3
Farmácia	54.297	1,4	81,5	9.703	1,8	81,1
Sistemas de informação	52.717	1,4	82,8	2.870	0,5	81,6
Geografia	51.656	1,3	84,2	9.124	1,7	83,4
Odontologia	46.915	1,2	85,4	9.848	1,9	85,2
Arquitetura e Urbanismo	46.206	1,2	86,6	5.590	1,1	86,3
Ciências	40.185	1,0	87,6	7.998	1,5	87,8
Veterinária	33.424	0,9	88,5	4.303	0,8	88,6
Nutrição	32.556	0,8	89,3	4.418	0,8	89,5
Serviço Social e orientação	31.986	0,8	90,1	4.679	0,9	90,3
Design	29.517	0,8	90,9	2.979	0,6	90,9
Agronomia	29.147	0,8	91,6	3.786	0,7	91,6
Química	29.022	0,7	92,4	3.626	0,7	92,3
Processamento de dados	20.758	0,5	92,9	4.709	0,9	93,2
Ciências Sociais	20.401	0,5	93,4	2.653	0,5	93,7
Física e Astronomia	19.650	0,5	93,9	1.606	0,3	94,0
Análise de sistemas	17.155	0,4	94,4	1.821	0,3	94,3
Secretariado	16.937	0,4	94,8	2.521	0,5	94,8

Cursos	Matrícula			Concluinte		
	Número	Percentual	Percentual acumulado	Número	Percentual	Percentual acumulado
Filosofia	16.814	0,4	95,2	2.326	0,4	95,3
Artes (Geral)	15.899	0,4	95,7	3.076	0,6	95,8
Fonoaudiologia	13.963	0,4	96,0	2.372	0,4	96,3
Gereciamento, Comércio e Vendas	13.667	0,4	96,4	1.258	0,2	96,5
Relações Internacionais	10.225	0,3	96,6	945	0,2	96,7
Produção agrícola e pecuária	9.324	0,2	96,9	984	0,2	96,9
Eletrônica	9.179	0,2	97,1	906	0,2	97,1
Mecânica	9.169	0,2	97,3	1.471	0,3	97,4
Biblioteconomia, documentação e arquivos	9.078	0,2	97,6	1.418	0,3	97,6
Belas Artes	7.723	0,2	97,8	1.015	0,2	97,8
Hotelaria	7.281	0,2	98,0	1.271	0,2	98,1
Terapia e Reabilitação	7.225	0,2	98,1	1.157	0,2	98,3
Música	6.337	0,2	98,3	810	0,2	98,4
Construção Civil	5.589	0,1	98,5	721	0,1	98,6
Estudos Sociais	5.027	0,1	98,6	1.396	0,3	98,8
Demais Cursos	55.053	1,4	100,0	6.166	1,2	100,0
Total	3.887.022			528.223		

Fonte : MEC/INEP/DEAES - CENSO 2003

Tais dados alertam para a necessidade de uma análise pormenorizada da educação superior, tanto no aspecto específico da oferta de cursos quanto na sua distribuição regional.

A relação de cursos por instituição, apresentada na Tabela 10, indica também a necessidade de análises mais minuciosas dos diferentes tipos de organização acadêmica e suas contribuições para a diversificação da educação superior no país.

Tabela 10 - Número Médio de Cursos de Graduação Presencial por Instituição e Categoria Administrativa - Brasil - 2003

Indicador	Geral	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Cursos/Instituição	8,9	28,8	42,9	8,2	6,5

Fonte:Deaes/INEP/MEC

Os dados da Tabela 11 indicam que a diversidade de cursos está associada às diferentes categorias administrativas, revelando que as instituições públicas federais e estaduais oferecem maior diversidade. Se no tocante às instituições, o setor público responde por 11,1% do total das IES do sistema, no tocante aos cursos, especialmente em função da maior diversidade de oferta, este percentual sobe para 34,4%.

Tabela 11 - Número e Percentual de Cursos de Graduação Presencial por Categoria Administrativa - Brasil - 2003

Categoria Administrativa	Cursos	%
Federal	2.392	14,5
Estadual	2.788	16,9
Municipal	482	2,9
Privada	10.791	65,6
Total	16.453	100,0

Fonte:Deaes/INEP/MEC

Ainda com relação aos cursos, cabe ressaltar a crescente participação dos cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnólogos) a distância. O crescimento desta modalidade foi de 13% no último ano, passando de 46 para 52 cursos e passando a atender cerca de 50.000 estudantes.

Tabela 12 - Cursos de Graduação a Distância - Brasil 2000-2003

Ano	Nº de Cursos
2000	10
2001	16
2002	46
2003	52

Fonte:Deaes/INEP/MEC

Torna-se evidente que a ampliação do ensino a distância já é suficiente para indicar a necessidade de se obter mais informações sobre as áreas, cursos e instituições que os oferecem e a sua abrangência territorial.

VAGAS, INGRESSOS, MATRÍCULAS E CONCLUINTES

No ano de 2003, foram oferecidas **2.002.733** vagas nos diversos processos seletivos para graduação presencial. No exame vestibular foram disponibilizadas **1.822.244** vagas, e todos os outros processos seletivos (avaliação seriada no Ensino Médio, Vestibular, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e outros tipos mais específicos de seleção) contribuíram com 180.489 vagas. Percebe-se, portanto, que o vestibular, não obstante a crescente participação de outros processos, mantém-se como a principal forma de seleção e acesso à educação superior.

Quando são consideradas outras formas de ingresso, tais como mudança de curso dentro da IES, transferência *ex-officio*, transferência vinda de outra IES excluída a *ex-officio*, acordos internacionais, admissão de diplomados em curso superior, reabertura de matrícula e outros tipos de ingresso, observa-se que ingressaram mais **277.477** estudantes na educação superior, sendo que 222.869 (80,3%) em IES privadas e **54.608** (19,7%) em públicas.

Os resultados do Censo 2003 relativos à graduação presencial, detalhando as vagas oferecidas, as formas de ingresso, o número de candidatos inscritos, o número de ingressantes, de estudantes matriculados e o número de concluintes, no ano 2003, por categoria administrativa podem ser observados na Tabela 13.

Tabela 13**13.1 - Número de Instituições e Número de Cursos de Graduação Presencial - Brasil - 2003**

Estatísticas Básicas	Pública				Privada	Total Geral
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Número de IES	83	65	59	207	1.652	1.859
Número de Cursos	2.392	2.788	482	5.662	10.791	16.453

13.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos em todos os Processos Seletivos na Graduação Presencial - Brasil - 2003

Estatísticas Básicas	Pública				Privada	Total Geral
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Vagas Oferecidas	121.455	111.863	47.895	281.213	1.721.520	2.002.733
Candidatos Inscritos	1.269.432	1.014.503	83.512	2.367.447	2.532.576	4.900.023
Ingressos	120.562	108.778	37.741	267.081	995.873	1.262.954

13.3 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular na Graduação Presencial - Brasil - 2003

Estatísticas Básicas	Pública				Privada	Total Geral
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Vagas Oferecidas	106.188	109.208	45.880	261.276	1.560.968	1.822.244
Candidatos Inscritos	1.154.594	1.001.032	81.044	2.236.670	2.343.005	4.579.675
Ingressos	105.693	106.422	36.987	249.052	914.840	1.163.892

13.4 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos em Outros Processos Seletivos na Graduação Presencial - Brasil - 2003

Estatísticas Básicas	Pública				Privada	Total Geral
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Vagas Oferecidas	15.267	2.655	2.015	19.937	160.552	180.489
Candidatos Inscritos	114.838	13.471	2.468	130.777	189.571	320.348
Ingressos	14.919	2.356	754	18.029	81.033	99.062

13.5 - Número de Ingressos na Graduação Presencial em Outras Formas de Ingressos - Brasil - 2003

Estatísticas Básicas	Pública				Privada	Total Geral
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Ingressos	29.649	19.011	5.948	54.086	222.869	277.477

13.6 - Número de Matrículas e Concluintes na Graduação Presencial - Brasil - 2003

Estatísticas Básicas	Pública				Privada	Total Geral
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Matrículas	567.101	442.706	126.563	1.136.370	2.750.652	3.887.022
Concluintes	84.341	65.375	19.443	169.159	359.064	528.223

Fonte:Deaes/INEP/MEC

Quando estes resultados são comparados com os dados dos últimos dez anos pode ser verificado o incremento no número destas vagas, o que permite a projeção para os próximos anos.

Tabela 14 - Evolução do Número de Vagas nos Processos Seletivos, na Graduação Presencial, por Categoria Administrativa - Brasil 1993-2003

Ano	Total	Δ %	Pública	Δ %	Privada	Δ %
1993	548.678	-	171.627	-	377.051	-
1994	574.135	4,6	177.453	3,4	396.682	5,2
1995	610.355	6,3	178.145	0,4	432.210	9,0
1996	634.236	3,9	183.513	3,0	450.723	4,3
1997	699.198	10,2	193.821	5,6	505.377	12,1
1998	803.919	15,0	214.241	10,5	589.678	16,7
1999	969.159	20,6	228.236	6,5	740.923	25,6
2000	1.216.287	25,5	245.632	7,6	970.655	31,0
2001	1.408.492	15,8	256.498	4,4	1.151.994	18,7
2002	1.773.087	25,9	295.354	15,1	1.477.733	28,3
2003	2.002.733	13,0	281.213	-4,8	1.721.520	16,5

Fonte:Deaes/INEP/MEC

A Tabela 14 mostra a evolução do número de vagas nos processos seletivos, incluindo os diferentes processos seletivos no período entre 1993 e 2003. Observa-se que a partir de 1997 as taxas passam a distanciar-se, mostrando maior crescimento no setor privado, coincidindo com o período em que houve um acelerado crescimento do número de instituições privadas no Brasil.

A evolução no número de vagas por categoria administrativa, apresentada na Tabela 14, mostra que, quando se considera o total de vagas, houve um aumento de 12,9% no ano de 2003. No entanto, quando são analisadas isoladamente, observa-se que houve um aumento de 16,5% no ano nas instituições privadas enquanto as públicas apresentaram um decréscimo de 4,8%. É importante destacar, no entanto, que este decréscimo nas vagas não se traduziu em redução no número de matrículas nas IES públicas, que, ao contrário, registraram um crescimento médio das matrículas de 8,1%. Nas IES federais, especificamente, o aumento das matrículas no último ano foi de 6,8%, o maior crescimento dos últimos três anos. Convém ressaltar ainda que a

queda pode ser explicada pelo aumento, em 2001 e 2002, na oferta de vagas circunstanciais de atendimento a demandas localizadas para cursos de formação de professores – o que não voltou a acontecer em 2003. Estes cursos tiveram grande oferta em 2001 e 2002 e, por serem de natureza temporária, não voltaram a ser oferecidos em 2003, o que explica a diminuição de vagas no setor.

A evolução da relação candidato/vaga, nos processos seletivos, por categoria administrativa, no período de 1993-2003 (Tabela 15) indica que, nas instituições públicas há um aumento considerável, passando de 6,6 em 1993 para 8,4 em 2003; nas privadas, por outro lado, houve uma queda ao longo da década, passando de 2,4 em 1993 para 1,5 em 2003.

Tabela 15 - Evolução da Relação Candidatos/Vaga nos Processos Seletivos, por Categoria Administrativa - Brasil 1993 - 2003

Ano	Pública	Privada	Total
1993	6,6	2,4	3,7
1994	7,3	2,4	3,9
1995	7,9	2,9	4,3
1996	7,5	2,6	4,0
1997	7,4	2,6	3,9
1998	7,5	2,2	3,6
1999	8,0	2,2	3,5
2000	8,9	1,9	3,3
2001	8,7	1,8	3,0
2002	8,9	1,6	2,8
2003	8,4	1,5	2,4

Fonte:Deaes/INEP/MEC

A Tabela 16, abaixo, ajuda a compreender melhor essa relação, pois mostra que no período compreendido entre 1993 e 2003 houve grande aumento no número de cursos, tendo saltado de 5.280 para 16.453. Também houve grande aumento no número de ingressantes e de matrículas, embora o número de concluintes tenha tido um aumento menor.

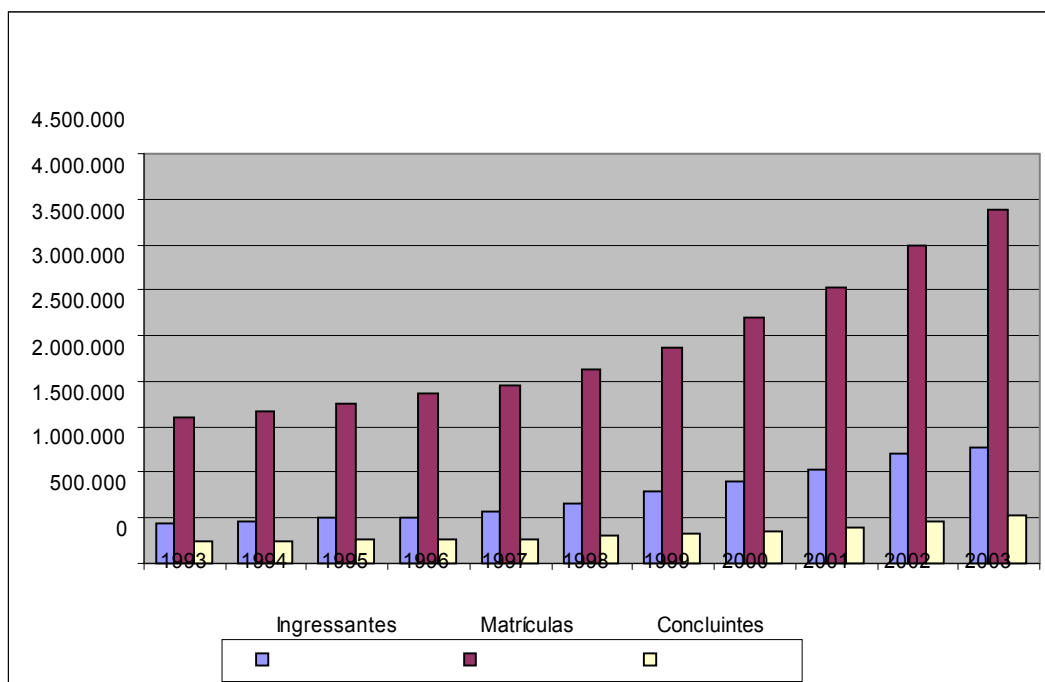
Tabela 16 - Evolução do Número de Cursos, Ingressantes, Matrículas e Concluintes na Graduação Presencial por Categoria Administrativa - Brasil 1993-2003

Ano	Cursos	Ingressantes	Matrículas	Concluintes
1993	5.280	439.801	1.594.668	240.269
1994	5.562	463.240	1.661.034	245.887
1995	6.252	510.377	1.759.703	254.401
1996	6.644	513.842	1.868.529	260.224
1997	6.132	573.900	1.945.615	274.384
1998	6.950	651.353	2.125.958	300.761
1999	8.878	787.638	2.369.945	324.734
2000	10.585	897.557	2.694.245	352.305
2001	12.155	1.036.690	3.030.754	395.988
2002	14.399	1.205.140	3.479.913	466.260
2003	16.453	1.262.954	3.887.022	528.223

Fonte: Deaes/INEP/MEC

O Gráfico abaixo indica de forma bastante ilustrativa uma crescente defasagem entre o número de concluintes e o número de alunos matriculados e ingressantes: enquanto o número de matrículas nos últimos 10 anos aumentou 134% e o de ingressantes 172,6%, o número de concluintes aumentou apenas 114,7%. Embora se observe um aumento dos concluintes ao longo dos anos, fica evidente que esse aumento não acompanha o crescimento no número de ingressantes e matrículas.

Gráfico 3 - Evolução do Número de Ingressantes, Matrículas e Concluintes na Graduação Presencial por Categoria Administrativa - Brasil 1993-2003



Outra forma de visualizar a distribuição das matrículas na graduação é a apresentada na Tabela 17.

Tabela 17 - Matrículas na Graduação Presencial Brasil 1994 - 2003

Ano	Público	Privado	Total
1994	690.450	970.584	1.661.034
1998	804.729	1.321.229	2.125.958
2002	1.051.655	2.428.258	3.479.913
2003	1.136.370	2.750.652	3.887.022

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Como é possível verificar, em 2003, dos **3.887.022** alunos matriculados, 2.750.652 estavam em IES privadas, representando mais de 70% do total de matrículas. A exemplo da inferência quanto ao número de instituições e cursos, as matrículas na graduação também revelam que a educação superior brasileira é majoritariamente privada.

Os dados do Censo 2003 permitem identificar uma predominância de mulheres nas matrículas (56,4%), mantendo a tendência observada desde 1995. Em números absolutos tem-se hoje **2.193.246** mulheres e **1.693.776** homens matriculados nos cursos presenciais de graduação.

Os cursos com os mais altos percentuais de matrículas femininas são:

Tabela 18 - Cursos com os Dez Maiores Percentuais de Matrículas do Sexo Feminino Brasil - 2003

Classe	Total	Feminino	%
Brasil	3.887.022	2.193.246	56,4
Serviço Social e orientação	31.986	30.001	93,8
Fonoaudiologia	13.963	12.969	92,9
Nutrição	32.556	30.221	92,8
Secretariado	16.937	15.681	92,6
Ciências Domésticas	1.351	1.231	91,1
Serviços de beleza	277	252	91,0
Pedagogia	373.945	339.832	90,9
Psicologia	90.332	76.990	85,2
Enfermagem	92.134	77.997	84,7
Terapia e Reabilitação	7.225	6.051	83,8

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Por sua vez, os cursos com os mais altos percentuais de matrículas masculinas são:

Tabela 19 - Cursos com os Dez Maiores Percentuais de Matrículas do Sexo Masculino Brasil - 2003

Classe	Total	Masculino	%
Brasil	3.887.022	1.693.776	43,6
Mecânica	9.172	8.445	92,1
Construção e manutenção de veículos a motor	73	67	91,8
Transportes e Serviços (cursos gerais)	3.434	3.027	88,1
Eletrônica	9.214	8.121	88,1
Eletricidade e energia	1.798	1.577	87,7
Profissões industriais	3.287	2.856	86,9
Serviços de segurança e proteção de pessoas e propriedades	556	466	83,8
Básicos / Programas especiais	1.858	1.553	83,6
Tecnologia química e de processos	1.448	1.167	80,6
Engenharia	234.722	187.426	79,9

Fonte: Deaes/INEP/MEC

A distribuição das matrículas por região (Tabela 20) mostra que a região sudeste responde por praticamente 50% das matrículas. Como foi visto anteriormente, o sudeste também tem o maior número de instituições, apresentando-se como a região do país que oferece maior oportunidade de formação de nível superior.

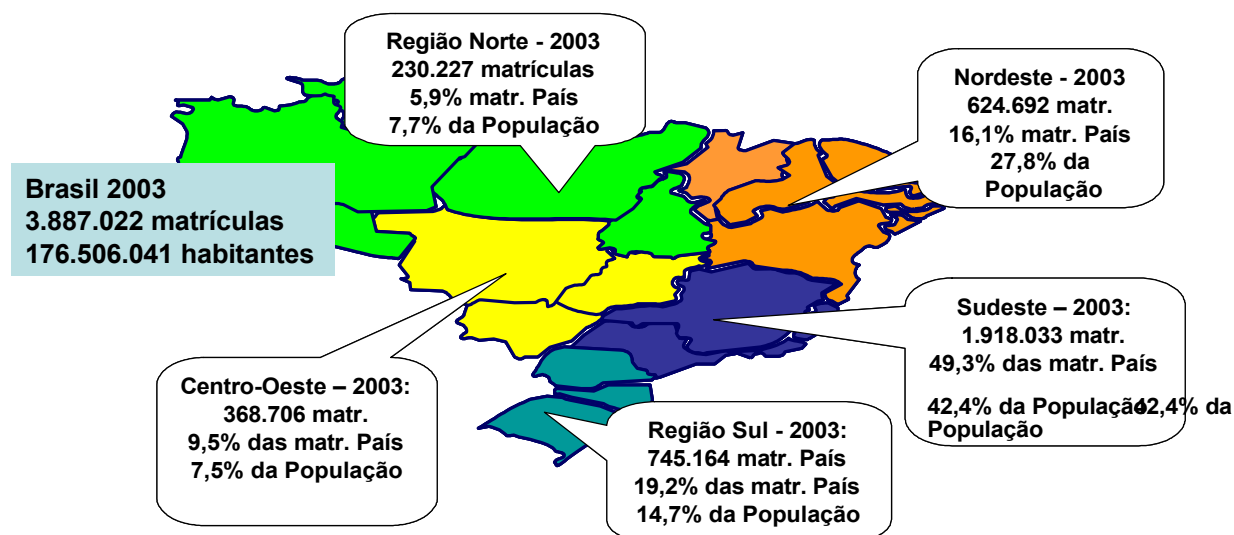
Tabela 20 - Número de matrículas na graduação presencial por região geográfica - Brasil 2003

Região	Pública	Privada	Total	%
Norte	129.759	100.468	230.227	5,9
Nordeste	349.536	285.156	624.692	16,1
Sudeste	342.851	1.575.182	1.918.033	49,3
Sul	209.575	535.589	745.164	19,2
Centro-Oeste	114.649	254.257	368.906	9,5
Total	1.136.370	2.750.652	3.887.022	100,0

Fonte: Deaes/INEP/MEC

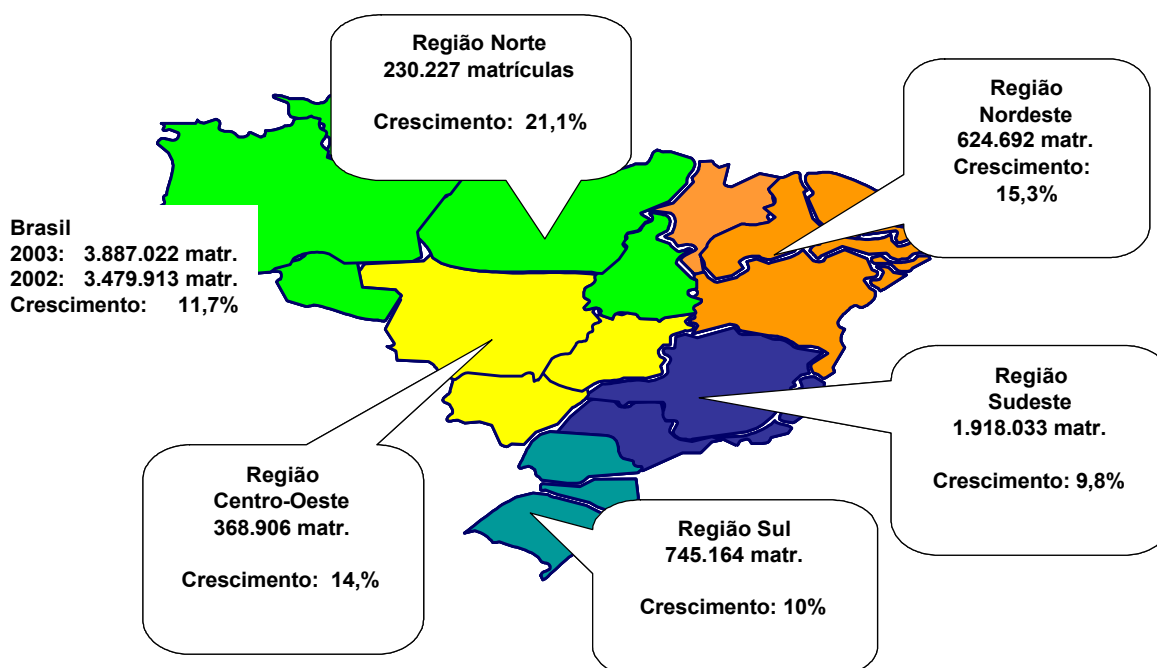
Os gráficos abaixo, que comparam a distribuição regional da população brasileira e o seu crescimento com a representação regional das matrículas são auto-explicativos, e mostram com clareza as discrepâncias ainda existentes.

Gráfico 04 - Distribuição das Matrículas e População nas Regiões - 2003



Fonte: DEAES/INEP/MEC, 2003

Gráfico 5 - Expansão das Matrículas nas Regiões - 2003



Fonte: DEAES/INEP/MEC, 2003

Os gráficos acima revelam, portanto, que:

- a região Sudeste concentra o maior número de matrículas (1.918.033): 49% do total de **3.887.022** alunos. Essa região também tem a maior concentração de população do país (42%).
- a região Sul concentra 19% (745.164 estudantes), tendo 15 % da população do país.
- a região Nordeste tem 16% das matrículas e 28% da população
- a região Norte tem 5,9 % das matrículas e 8% da população.
- a região Centro-Oeste tem 9,5% das matrículas e 7% da população.

É possível inferir, portanto, que

- manteve-se a tendência dos últimos 10 anos, quanto à concentração geográfica dos estudantes, destacando-se o caso da região Nordeste, a 2ª maior percentagem de população no país, mas com percentagem bem menor de matrículas;
- A região Norte foi a que apresentou o maior crescimento percentual de matrículas em 2003 (21,1%);

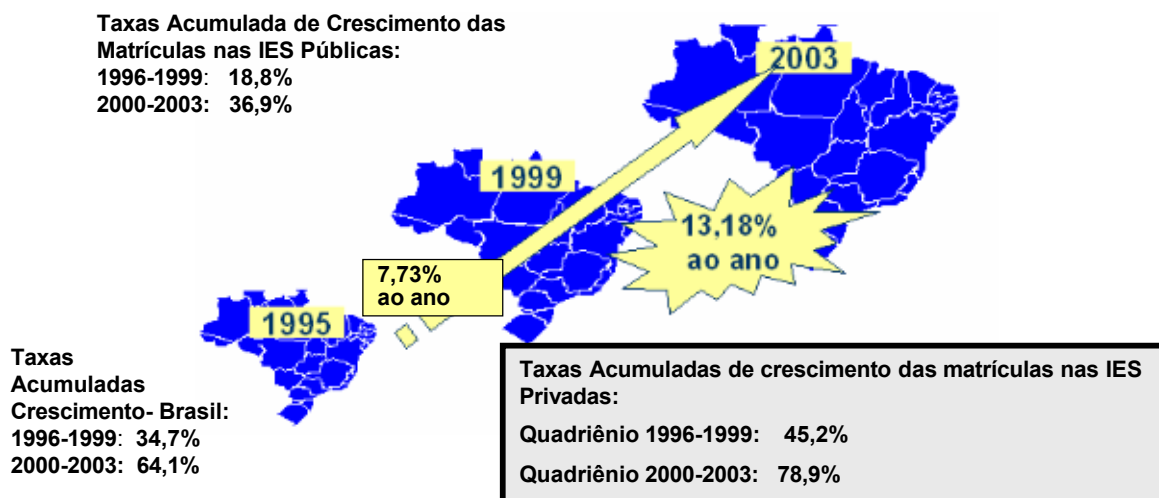
- c) A região Nordeste foi a segunda que mais cresceu em 2003 (15,3%). Seguem as regiões Centro-Oeste (14,5%), Sul (9,9%) e Sudeste (9,8%);
- d) O Estado com maior crescimento percentual de matrículas em 2003 (64%) foi o Amapá. O Amapá foi também o Estado que mais cresceu nos últimos 5 anos (329%);
- e) O Estado que menos cresceu percentualmente (6%) é também o que mais cresceu em quantidade de matrículas (62.341) – São Paulo;
- f) O único Estado que não cresceu foi Roraima. O Estado registrou um decréscimo de 5%, com 208 matrículas a menos. Nos últimos 5 anos, Roraima, que cresceu até 1999, decresceu 8%.

Em síntese, as matrículas de todas as regiões cresceram em 2003, continuando a tendência dos últimos 5 anos, embora tenham crescido menos que no ano anterior; o ano de 2003 marca uma pequena diminuição no ritmo de crescimento das matrículas dos últimos 5 anos, em todas as regiões, sendo mais destacada nas regiões Norte e Centro-Oeste.

- Da mesma forma, é possível concluir que, no quadriênio 2000-2003,
- a) a expansão das matrículas ocorreu com maior intensidade nas regiões N, CO e NE;
 - b) no CO alcançou-se paridade entre frações regionais de matrículas (9,5%) e população (7,5%); e
 - c) nas regiões N e NE ainda não há paridade entre fração regional de matrícula e população.

Todas as análises, entretanto, encaminham para a inferência de que o crescimento acumulado das matrículas nos últimos anos tem se dado predominantemente pelo setor privado. O quadro abaixo, pela expressão enfática de seus números, não deixa dúvidas:

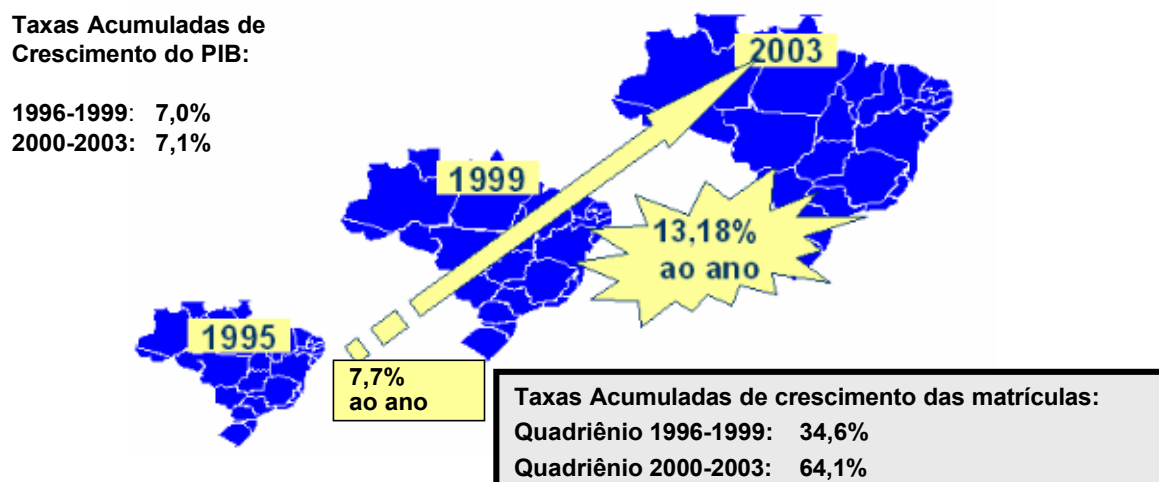
Gráfico 6 - Crescimento Acumulado nas IES Públicas e Privadas



Fonte: DEAES/INEP/MEC, 2003

Outra comparação apresentada no Gráfico 7 é a do crescimento da economia brasileira e a da educação superior, no tocante às suas matrículas.

Gráfico 7 - Expansão das Matrículas e Crescimento da Economia (PIB)



Fonte: DEAES/INEP/MEC, 2003

Os dados mostram que, seja no ano de 2003 como no quadriênio 2000-2003, a taxa de expansão das matrículas superou largamente:

- ? a taxa de crescimento populacional
- ? a taxa de crescimento da população jovem e
- ? a taxa de crescimento da Economia

Merecem atenção destacada, neste contexto, por se tratarem de instituições mantidas pelo Estado, as Instituições Federais de Educação Superior (IFES). A Tabela 21, abaixo, revela que no ano de 2003 as IFES apresentaram o maior percentual de crescimento das matrículas dos últimos três anos.

Tabela 21 - Número de matrículas nas Instituições Federais de Educação Superior - Brasil 2000 – 2003

Ano	Matrículas	Crescimento Absoluto	Crescimento Percentual
2000	482.750	-	-
2001	502.960	20.210	4,2
2002	531.634	28.674	5,7
2003	567.101	35.467	6,2

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Um dado que reforça a necessidade de análises específicas refere-se à relação entre a evolução do corpo docente e a evolução do número de matrículas. Se, por exemplo, o crescimento de **6,2%** das matrículas do último ano for comparado ao crescimento do corpo docente nas IFES, percebe-se o grande esforço empreendido por estas instituições no sentido de expandir as suas vagas também na graduação. Os dados revelam que as IFES acrescentaram no ano 35 novos alunos por professor acrescentado ao seu quadro docente ou 54 novos alunos por professor acrescentado em regime de tempo integral.

A Tabela 22, abaixo, mostra os números das matrículas na graduação por turno. Os dados revelam marcantes contradições: a) a educação superior, que é majoritariamente noturna, é também essencialmente privada e paga e b) nas universidades públicas o maior número de matrículas ocorre no turno diurno.

Tabela 22 - Número de Matrículas por Turno e Categoria Administrativa Brasil – 2003

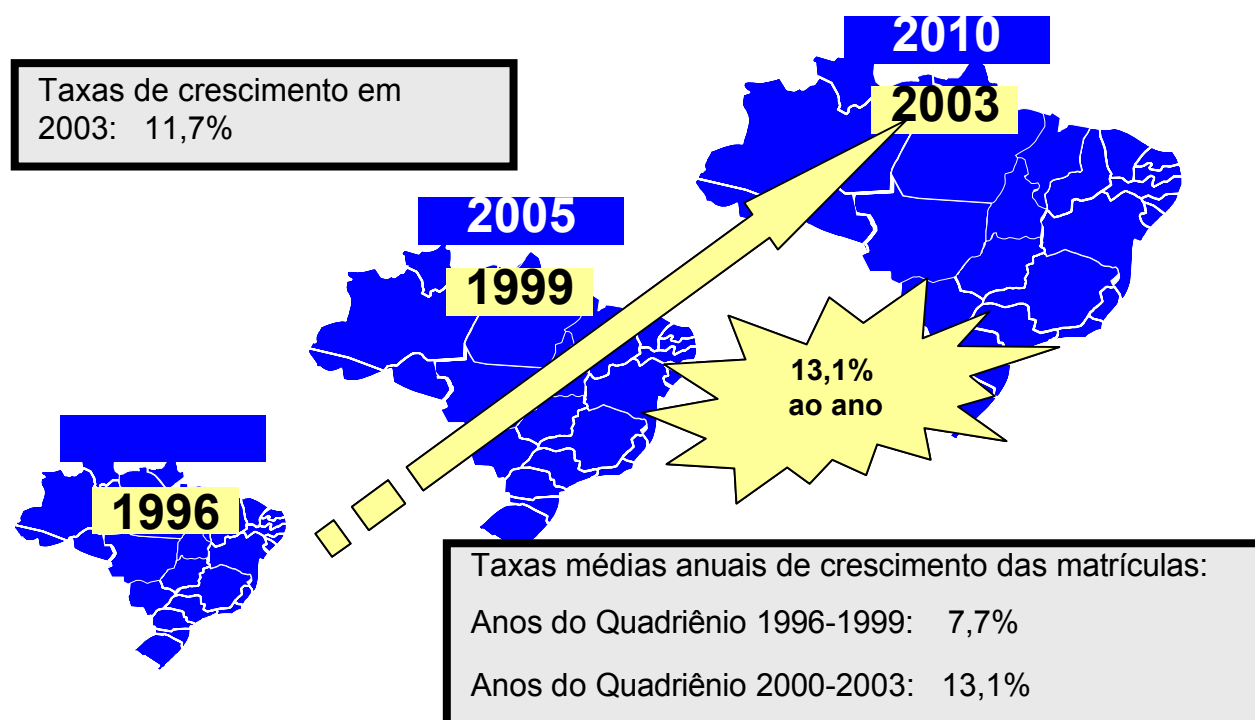
Turno	Público	Privado	Total
Diurno	729.113	887.443	1.616.556
Noturno	407.257	1.863.209	2.270.466
Total	1.136.370	2.750.652	3.887.022

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Dito de outra forma: a principal oportunidade de acesso à educação superior para o aluno trabalhador, isto é, para o aluno de baixa renda, encontra-se no ensino pago. Emerge, pois, como grande alternativa, a adoção de políticas de expansão do ensino superior noturno nas universidades federais e estaduais, conforme já ficou demonstrado em estudos anteriores do INEP.

Para esboçar uma conclusão geral sobre o comportamento das matrículas na graduação, nos últimos anos, cabe atentar para o que revelam os números no quadro abaixo:

Gráfico 8 – Expansão das Matrículas



Fonte: DEAES/INEP/MEC, 2003

Observações mais detalhadas revelam que, nas universidades públicas, de 2002 para 2003, houve um aumento no número de matrículas de 915.902 para 985.465, ou seja, de 69.563 matrículas e que, no sistema público como um todo, houve aumento de 85.464 matrículas (crescimento de 8,1%), bem abaixo dos índices de crescimento do setor privado, mas significativos, conforme já demonstrado, se comparados à expansão do corpo docente nestas instituições e, especialmente, se considerado o seu esforço na expansão da pós-graduação *stricto sensu*, conforme demonstrado mais adiante.

Com base no crescimento médio das matrículas nos últimos anos é possível projetar o crescimento para os próximos anos nos seguintes termos:

Tabela 23- Projeção de Matrículas

Ano	Matrícula
1998	2.125.958
2002	3.479.913
2003	3.887.022
2007	6.400.000
2008	7.232.000
2009	8.172.160
2010	9.234.548

Fonte: Deaes/INEP/MEC

A projeção acima, que toma por base um crescimento inercial de 13% ao ano, pode ser útil para verificar a capacidade do país para atingir a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação. Muitos outros fatores, além da força inercial instalada, no entanto, devem ser considerados, entre eles, a capacidade de pagamento da população potencial, que buscará educação superior nos próximos anos, os atuais índices de inadimplência na educação superior privada, o crescente número de vagas ociosas, o excesso de oferta em certas áreas do conhecimento e em certas regiões, e a demanda crescente por educação diferenciada e de boa qualidade.

FUNÇÕES DOCENTES

Em 2003 o número de funções docentes, em exercício, no país foi de 254.153, demonstrando um percentual de crescimento de 11,5% em relação a 2002. Nas instituições públicas encontram-se 88.795 funções docentes, enquanto 165.358 estão nas instituições privadas. O percentual de crescimento com relação ao ano anterior foi de 14,9% no setor privado e 5,7% no setor público.

Tabela 24 - Distribuição Percentual do Número de Funções Docentes em Exercícios por Grau de Formação, segundo a Categoria Administrativa - Brasil - 1994,1998, 2002 e 2003

Ano	Grau de Formação	Total		Pública		Privada	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1994	Total	141.482	100,0	75.285	100,0	66.197	100,0
	Até Especialização	86.625	61,2	37.167	49,4	49.458	74,7
	Mestrado	33.531	23,7	21.268	28,2	12.263	18,5
	Doutorado	21.326	15,1	16.850	22,4	4.476	6,8
1998	Total	165.122	100,0	83.738	100,0	81.384	100,0
	Até Especialização	88.567	53,6	35.121	41,9	53.446	65,7
	Mestrado	45.482	27,5	25.073	29,9	20.409	25,1
	Doutorado	31.073	18,9	23.544	28,2	7.529	9,2
2002	Total	227.844	100,0	84.006	100,0	143.838	100,0
	Até Especialização	101.153	44,4	28.894	34,4	72.259	50,2
	Mestrado	77.404	34,0	23.014	27,4	54.390	37,8
	Doutorado	49.287	21,6	32.098	38,2	17.189	12,0
2003	Total	254.153	100,0	88.795	100,0	165.358	100,0
	Até Especialização	110.378	43,4	29.536	33,2	80.842	48,9
	Mestrado	89.288	35,1	24.229	27,3	65.059	39,3
	Doutorado	54.487	21,5	35.030	39,5	19.457	11,8

Fonte: Deaes/INEP/MEC

A Tabela 24 mostra a evolução das funções docentes a partir de 1994. Considerando os dados do censo do período 1993 a 2003, observa-se que a evolução do setor privado ocorreu ao longo de todo o período, e foi mais acelerada a partir de 1998. No caso das instituições públicas, além da taxa de crescimento das funções docentes ser muito menor, houve uma redução da ordem de 6% entre 1998 e 2000. Assim, o percentual de crescimento observado entre 2002 e 2003 deve ser tomado com cautela, uma vez que não representa um crescimento real, mas uma recomposição das funções docentes até o patamar registrado em 1997.

Com relação à qualificação dos professores para a educação superior, um indicador amplamente usado é o grau de formação em pós-graduação. O Censo 2003 mostra que o número de funções docentes com grau de doutorado é aproximadamente a metade do número de “até especialização” (categoria que inclui graduados e especialistas).

A análise da evolução do número de funções docentes por grau de formação nas instituições públicas, no período de 1994 a 2003, indica que houve uma reconfiguração das funções docentes. Nessas instituições, até 1998, predominavam as funções docentes com grau de especialização (41,9%), seguido por mestres (29,9) e doutores (28,1). Em 2003 os dados mostram o crescimento das funções docentes com grau de doutorado (39,5%), seguida por especialistas (33,3%) e mestres (27,2%).

Nas regiões geográficas, as funções docentes por grau de formação, nas instituições públicas, mostram uma distribuição da mesma natureza da acima descrita.

As informações do Censo sobre o número de funções docentes em afastamento para qualificação, em 2003, permitem explorar mais detalhadamente a questão do investimento institucional na capacitação docente. Os dados gerais do Brasil mostram que o número de afastamentos para doutorado é 2,5 vezes maior do que os afastamentos para mestrado e 15,3 vezes maior que os afastamentos para especialização.

As instituições públicas têm 55,2% do total de afastamentos para capacitação. Nas instituições públicas 83% dos seus afastamentos são para doutorado, 15% para mestrado e 1% para especialização. Nas instituições privadas 37,2% dos seus afastamentos são para doutorado, 41,2% para mestrado e 8,66% para especialização.

O afastamento para capacitação no nível de doutorado, com relação à organização acadêmica, ocorre majoritariamente nas universidades públicas federais e estaduais.

Nas instituições privadas os afastamentos para capacitação, embora em número menor do que nas públicas, também ocorrem preferencialmente nas universidades.

Nas demais formas de organização acadêmica o número de afastamentos para capacitação é extremamente pequeno.

A região sudeste mostra uma realidade bem diferente da realidade nacional e merece um comentário à parte. No sudeste encontra-se o maior número de afastamentos para pós-doutorado. Nesta região também aparecem os casos mais numerosos de afastamentos para capacitação nas diferentes formas de organização acadêmica – centros universitários, faculdades, escolas, institutos e faculdades integradas – do setor privado.

Mais uma vez chama-se a atenção para a necessidade de uma análise que permita configurar detalhadamente as características das diferentes formas de organização acadêmica hoje existentes. Nos diferentes aspectos até agora descritos, a diversidade das instituições de educação superior tem sido recorrente. Entender essa diversidade certamente ajudará a definir políticas públicas específicas que permitam ao país expandir a educação superior e melhorar a sua qualidade.

PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação no Brasil organiza-se nas modalidades *lato e stricto sensu*. Cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização profissional, presenciais e a distância, integram a pós-graduação *lato sensu*. Os cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissionalizante compõem a pós-graduação *stricto sensu*.

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Os dados preliminares do Censo 2003 sobre os cursos de pós-graduação *lato sensu*, presenciais e a distância, referentes aos três últimos anos, indicam que houve expansão do setor no que se refere ao número de instituições que oferecem tais cursos, como mostra a Tabela 25.

**Tabela 25 - Número de IES que oferecem Cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu
Brasil - 2001 – 2003**

Ano	Públicas	Δ%	Privadas	Δ%	Total	Δ%
2001	119	-	454	-	573	-
2002	120	0,8	599	31,9	719	25,5
2003	127	5,9	716	25,8	843	21,6

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Os dados acima revelam ainda que, enquanto o crescimento do número total de instituições que oferecem pós-graduação *lato sensu*, foi de 47%, nos últimos três anos, o crescimento da participação das IES públicas, no mesmo período, foi de apenas 6% e o do setor privado de 57%. Com este crescimento, as IES do setor privado representam 84,9% do total de instituições que oferecem os cursos em questão.

O cruzamento dos dados da Tabela 25 com os da Tabela 1, permite inferir que praticamente a metade das IES brasileiras (45,3%) oferecem cursos de pós-graduação *lato sensu*, não estando a oferta deste nível de ensino restrito às universidades, que representam apenas 8,8% das instituições, ou aos Centros Universitários e Faculdades Integradas, que juntos somam 10,8% do total.

É importante destacar ainda que essa expansão aconteceu nas regiões norte (22,1%), sul (142,9 %) e centro-oeste (100%). Embora a região sudeste não registre expansão quanto ao número de cursos de pós-graduação *lato sensu*, quando se considera o número de matrículas nos cursos oferecidos, observa-se que 50% do total de matrículas do país em cursos de pós-graduação *lato sensu*, presenciais e a distância, localizam-se nas instituições desta região. Na região nordeste, houve um crescimento de 228% no número de matrículas, sem aumento registrado no número de cursos. Esse dado chama a atenção para a ampliação do acesso aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, que ocorreu em todas as regiões do país. Na região centro-oeste, a expansão de 100% no número de cursos representou um crescimento de matrículas da ordem de 549%.

Tabela 26 - Número Médio de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* Presenciais e a Distância , por Categoria Administrativa Brasil 2002 – 2003

Categoria Administrativa	Presencial		A Distância	
	2002	2003	2002	2003
Pública	21,9	24,2	5,3	4,2
Privada	8,2	8,7	3,2	2,9

Fonte: Deaes/INEP/MEC

A Tabela 26 apresenta o número médio de cursos de pós-graduação *lato sensu* por categoria administrativa. Comparando instituições públicas e privadas, observa-se aqui o mesmo fenômeno já observado para os cursos de graduação presenciais, isto é, em termos globais, as instituições privadas apresentam um maior número de cursos, um elevado número de matrículas e uma baixa média de cursos por instituição. Nas públicas ocorre o contrário: menor número de cursos, menor número de matrículas e médias altas de cursos por instituição. Novamente a questão da diversidade pode ser levantada uma vez que as instituições que oferecem o maior número de cursos no país o fazem com menor diversidade.

Os dados do Censo 2003 indicam também que há um número muito maior de instituições que oferecem cursos presenciais do que cursos a distância. O crescimento,

com relação ao ano de 2002, do número de matrículas nos cursos presenciais foi da ordem de 48.626 enquanto nos cursos a distância foi de 9.074. Em 2003, o total de matrículas nos cursos de pós-graduação presenciais foi de 322.656 e na pós-graduação a distância foi de 26.507 matrículas.

O número de concluintes em cursos presenciais em 2003 foi de 136.272. Nos cursos a distância, o número de concluintes foi 11.109. Em ambos os casos há grande defasagem entre o número de matrículas e o número de concluintes.

As tendências gerais apresentadas são refletidas pelas regiões geográficas. Duas regiões apresentam alguma peculiaridade: a) a região norte foi a única que apresentou redução de matrículas nos cursos de pós-graduação presenciais em 2003, e b) a região sudeste passou a concentrar aproximadamente 50% das matrículas do país nas duas modalidades de pós-graduação *lato sensu*.

A dimensão que a pós-graduação *lato sensu* vem assumindo nos últimos anos é, por si só, um indicativo de que o conhecimento sobre a educação superior no Brasil não será completo se não incluí-la.

PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

O Censo da Educação superior não coleta informações sobre a pós-graduação *stricto sensu*. Por este motivo, as análises a partir do Censo costumeiramente não incluem informações sobre os mestrados e doutorados oferecidos pelas IES. Considerando que as instituições que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* também oferecem cursos de graduação, a dissociação na análise de dados entre os dois níveis de ensino não permite uma descrição mais completa das instituições de educação superior. Com a finalidade de chamar a atenção para a importância da inclusão da pós-graduação *stricto sensu* na caracterização das diferentes formas de organização acadêmicas existentes, foram agregados alguns dados da CAPES. Os dados referem-se ao ano de 2002, uma vez que os dados de 2003 ainda não estavam disponíveis quando da elaboração deste relatório. Todos os dados foram obtidos na página da CAPES no endereço www.capes.gov.br.

O número total de programas de pós-graduação no Brasil, em 2002, era de 1.570, nos níveis de mestrado, mestrado profissionalizante e doutorado.

O número de matrículas, considerando os matriculados no início do ano, representa um total de 99.339 estudantes, assim distribuídos com relação às regiões geográficas: 67.919 no sudeste, 16.303 no sul, 9.460 no nordeste, 4.307 no centro-oeste e 1.350 no norte. Assim como no caso da graduação, a região sudeste é a que mais oferece oportunidades de educação no nível de pós-graduação *stricto sensu*.

No ano de 2002 foram titulados 22.735 estudantes no mestrado, 6.843 no doutorado e 686 no mestrado profissionalizante. Esses números, se comparados aos números da graduação presencial, sugerem que considerá-los na análise da educação pouco ou nada afetaria os indicadores tradicionalmente usados nas análises dos indicadores da educação superior. Entretanto, ao indagar e buscar saber em que tipo de instituição se realiza a pós-graduação *stricto sensu*, o quadro que se apresenta coloca em dúvida tal suposição.

Analisando os dados da CAPES com relação ao número de programas por nível, agrupados por dependência administrativa, observa-se que 86% dos programas de pós-graduação estão em instituições públicas, assim distribuídos: 56% em instituições federais, 30% em instituições estaduais e 0,2% em instituições municipais. As instituições privadas são responsáveis por 14% dos programas de pós-graduação no país, com cinco instituições de natureza confessional respondendo por 40% da oferta do setor privado. O quadro que se apresenta é exatamente o oposto do quadro do ensino de graduação no qual a oferta de cursos das instituições privadas, como foi visto anteriormente, é muito maior do que a das instituições públicas.

Detalhando um pouco mais a análise, observa-se que 55 instituições federais são responsáveis por 877 programas de pós-graduação, sendo que 23 delas abrigam entre 10 e 56 programas. Das 24 instituições estaduais com oferta de pós-graduação, 6 têm entre 17 e 212 programas. As IES municipais com oferta de pós-graduação são 3, cada uma com um programa. Embora no universo da educação superior como um todo os números da pós-graduação *stricto sensu* podem parecer pequenos, a distribuição dos programas por instituição e por categoria administrativa revela que estes números são significativos para a análise e a compreensão do tipo de esforço empreendido e dos diferentes níveis de complexidade e qualidade das atividades acadêmicas e administrativas em cada IES.

No âmbito das instituições privadas, há 65 instituições que mantêm programas de pós-graduação *stricto sensu*. O número médio de programas por instituição, em 92% dos casos, é igual a 2,2. Cinco instituições, quatro PUCs e a UNISINOS, oferecem entre 10 e 23 programas, sendo responsáveis por 40% de toda a oferta de pós-graduação *stricto sensu* das instituições privadas.

Chamar, portanto, a atenção para o fato de que é preciso considerar a pós-graduação *stricto sensu* nos estudos sobre os números, dados e indicadores da educação superior é uma forma de apontar para uma parcela expressiva da contribuição das universidades federais, estaduais e das PUCs na educação superior brasileira – contribuição que os números do Censo da Educação Superior, por si só, até aqui não têm conseguido revelar.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Em 2003, pela primeira vez, o Censo da Educação Superior reuniu informações sobre as atividades de extensão realizadas pelas universidades e pelas instituições de educação superior em geral. As universidades, como sabemos, têm obrigação legal de realizar atividades de extensão. Já as demais IES podem dedicar-se exclusivamente ao ensino. O que se observa, no entanto, é que mesmo as IES não universitárias dedicam grande esforço e tempo às atividades de extensão. Em um trabalho de parceria do INEP, SESu e Fórum de Pró-reitores de Extensão, decidiu-se fazer um levantamento de dados para verificar que tipo de atividades de extensão estão sendo realizadas nas IES brasileiras. Os dados revelam, por assim dizer, uma outra universidade ou uma outra educação superior, bastante diferente da que os dados isolados do ensino de graduação e de pós-graduação até aqui conseguiam revelar.

Percebe-se, por exemplo, que na questão da assistência à saúde, foram prestados, no Brasil, no ano de 2003, 179.056.780 atendimentos; destes, 92,55% foram oferecidos em instituições públicas. É importante esclarecer que esses registros referem-se a todo o conjunto de atendimento à saúde, isto é, à soma dos atendimentos hospitalares, de assistência social, atendimento dentário, atendimento psicológico, entre outros. Este conjunto de atendimentos equivale a 490.566 por dia ou 3.433.000 atendimentos por semana, ou 14.921.000 atendimentos por mês. Os dados ganham

especial significado por revelarem, pela primeira vez, atividades que até hoje eram desconhecidas do grande público e que aos poucos são explicitadas graças ao início da pesquisa realizada com o auxílio do Fórum de Pró-reitores de Extensão.

É importante observar que o preceito constitucional relativo ao papel da extensão nas universidades parece estar sendo atendido: dos 179 milhões de atendimentos à saúde, 175 milhões, ou seja, 97,9%, são feitos por universidades e apenas 2,1% são feitos por outras instituições.

Tabela 27 - Extensão Universitária - Atendimentos prestados em Assistência à Saúde - Brasil – 2003

Organização Acadêmica	Número	%
-----------------------	--------	---

Universidades	175.268.971	97,9	
	<u>Outras IES</u>		<u>3.787.809</u> <u>2,1</u>
	<u>Total</u>		<u>179.056.780</u> <u>100,0</u>

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Da mesma forma, a assistência jurídica é uma atividade bastante significativa no conjunto das instituições de educação brasileira. Foram prestados em 2003, 472.332 atendimentos jurídicos, a grande maioria no setor privado (382.935), representando 81,1% do total. Se considerarmos, no entanto, que as instituições públicas representam apenas 11% do total de instituições, elas têm uma participação de quase o dobro da sua representação institucional. Observa-se, igualmente, que a maior parte da assistência jurídica (73%) é feita por universidades. Outras instituições, no entanto, participam também de assistência jurídica, com surpreendentes 26,7%. Dos 472.000 atendimentos jurídicos, 346.000 foram feitos por universidades e 125.000 por outros tipos de instituições de educação superior.

Tabela 28 - Extensão Universitária - Atendimentos prestados em Assistência Jurídica - Brasil – 2003

Organização Acadêmica	Número	%
Universidades	346.629	73,4
Outras IES	125.704	26,6
Total	472.333	100,0

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Da mesma forma, os laudos técnicos. É importante perceber que foram registrados, em 2003, 480.150 laudos técnicos, para os quais são exigidos conhecimentos especializados nos diferentes setores. Destes, 226.978 foram feitos pelo setor público e 253.180 pelo setor privado.

Tabela 29 - Extensão Universitária - Laudos Técnicos realizados por laboratórios / departamentos - Brasil – 2003

Categoria Administrativa	Número	%
Pública	226.978	47,3
Privada	253.178	52,7
Total	480.156	100,0

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Se analisarmos o conjunto dos laudos técnicos emitidos pelas IES brasileiras em 2003, percebemos que eles representam, aproximadamente, 1.315 laudos por dia. Se observados em relação ao quadro docente do sistema, percebemos que foram realizados no ano, em média, aproximadamente, 2 laudos por professor.

As IES registram também 17.998 programas de rádio, como atividades de extensão muitas vezes diretamente vinculadas ao ensino. A participação nesta atividade é majoritariamente privada. Dos 17.998 programas, 16.108 foram realizados por IES privadas e apenas 1.890 por IES públicas. Nesta atividade, a participação das IES públicas e privadas é diretamente proporcional à sua representação no conjunto do sistema.

Tabela 30 - Extensão Universitária - Total de Programas produzidos com caráter de difusão em rádio - Brasil – 2003

Categoria Administrativa	Número	%
Pública	1.923	11,5
Privada	14.858	88,5
Total	16.781	100,0

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Já nos programas de televisão, a representação relativa das IES públicas é bem mais significativa. Do total de 4.226 programas realizados, 1.099 foram produzidos por IES públicas, atingindo mais de 25% do total de programas produzidos pelas IES brasileiras.

Tabela 31 - Extensão Universitária - Programas produzidos com caráter de difusão em TV - Brasil – 2003

Categoria Administrativa	Número	%
Pública	1.147	26,8
Privada	3.136	73,2
Total	4.283	100,0

Fonte: Deaes/INEP/MEC

A extensão registrou a realização de 46.540 eventos em 2003, dos quais 37.296 realizados em instituições privadas. Registrou igualmente a realização de 13.180 cursos presenciais de até 30 horas, 5.000 no setor público, e 8.100 no setor privado. Em cursos presenciais com mais de 30 horas, o setor público tem uma presença ainda maior, com 53% dos cursos oferecidos.

Tabela 32 - Extensão Universitária - Número de Cursos Presenciais por Categoria Administrativa com Mais de 30 Horas

Categoria Administrativa	Número	%
Público	5.467	53,5
Privado	4.744	46,5
Total	10.211	100,0

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Cursos a distância com mais de 30 horas também tiveram forte representação do setor público, com mais de 54% do total.

Tabela 33 - Extensão Universitária - Número de Cursos a Distância por Categoria Administrativa com Mais de 30 Horas

Categoria Administrativa	Número	%
Público	139	54,1
Privado	118	45,9
Total	257	100,0

Fonte: Deaes/INEP/MEC

A variedade das atividades de extensão e o expressivo número de participantes indicam que estas atividades estão perdendo a característica assistencial que as marcou por algumas décadas e estão se transformando num espaço de oportunidades educacionais e sociais para a população como um todo.

Com relação aos dados sobre as atividades de extensão colhidos no Censo de 2003 é preciso ressaltar que, por tratar-se da primeira aplicação do instrumento, é impossível estabelecer comparações com dados de anos anteriores, o que dificulta a sua crítica técnica e recomenda cautela quanto ao seu uso para a orientação de políticas. O INEP e o Fórum dos Pró-reitores de Extensão estão no momento procedendo à rigorosa análise do instrumento antes de sua segunda aplicação, em 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as inúmeras constatações e revelações do Censo da Educação Superior de 2003, podem ser destacadas as seguintes:

1. Pela primeira vez na história, o número de vagas na educação superior foi maior que o número de concluintes do ensino médio. Mesmo assim, o número de candidatos à educação superior (4.9 milhões) é mais do que o dobro do número de vagas, e várias vezes maior que o número de ingressantes (1.2 milhões);

2. O número de vagas ociosas na educação superior cresceu significativamente no último ano, especialmente no setor privado, passando este setor a ter aproximadamente 42% de suas vagas ociosas;

3. A educação superior brasileira segue sendo majoritariamente noturna e se expande principalmente no setor privado, tornando este setor a principal oportunidade de acesso ao aluno trabalhador. Do total de **2.270.466** matrículas, no ensino noturno, apenas **407.257** estão no setor público, enquanto 1.863.209 estão no setor privado, o que parece identificar uma grave contradição no processo de democratização do acesso à educação superior brasileira instalado nos últimos anos;

4. Os estudos comparativos do crescimento populacional mostram que as regiões norte e nordeste, apesar do maior crescimento de matrículas nos últimos anos, ainda têm uma representatividade das matrículas menor do que a representatividade percentual da população;

5. O Censo 2003, pela primeira vez, revela aspectos das atividades de extensão das IES brasileiras, mostrando uma faceta da vida acadêmica que até aqui permanecia oculta. Pela primeira vez o INEP começa a coletar, juntamente com o Fórum de Pró-reitores de Extensão, um conjunto significativo de dados relativos à extensão, com indicações importantes sobre a participação e a intervenção das IES no seu entorno social.

6. O ritmo de crescimento das matrículas nas instituições de educação superior diminuiu um pouco em 2003, mas não de forma significativa, permanecendo muito próximo aos 13% ao ano e mantendo, portanto, a tendência dos últimos cinco anos;

7. A projeção do crescimento das matrículas, a se manterem os índices inerciais instalados, indica que não será possível atingir a meta de matricular 40% dos alunos

em IES públicas até 2010, sem a intervenção direta do poder público. Para que a meta possa ser atingida, serão necessários investimentos significativos, especialmente para absorver os alunos de baixa renda que hoje têm acesso à educação fundamental e média;

8. O setor público continua a ter uma maior representatividade percentual com relação à titulação do quadro docente, sendo o espaço acadêmico mais adequado para estudos avançados, especializações, mestrados e doutorados, não obstante o crescimento significativo do número de mestres e doutores no setor privado;

9. A região sudeste, embora sem aumentar a sua participação percentual no total das matrículas, continua a representar cerca da metade das matrículas da graduação e 68% das matrículas da pós-graduação *stricto sensu*, enquanto no ensino fundamental esta participação é de apenas 35,9%;

10. Dados da CAPES revelam que 86,2% dos programas de pós-graduação estão em instituições públicas, assim distribuídos: 56% em instituições federais, 30% em instituições estaduais e 0,2% em instituições municipais. Cinco instituições de natureza confessional respondem por 40% da oferta do setor privado. O quadro que se apresenta é, pois, o oposto do ensino de graduação onde a oferta de cursos das instituições privadas é muito maior do que a das instituições públicas.

Muitos outros aspectos certamente serão destacados pela comunidade acadêmica e pelos estudiosos das questões da educação superior. O que os destaques acima sugerem, no entanto, merece reflexões profundas por parte de todos os que têm compromisso com o processo de democratização do acesso à educação superior, o avanço da arte, da cultura, da ciência e da tecnologia, a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, e os rumos da sociedade brasileira. O INEP entende estas reflexões iniciais como ponto de partida para um debate intenso e profícuo e se coloca à disposição dos pesquisadores e estudiosos interessados em desenvolver estudos aprofundados sobre estas e outras questões.

Brasília, outubro de 2004.

ANEXO